

## A ‘Europa’ à deriva no mundo do crime sistémico\*

1. – Os trinta anos imediatamente posteriores a 1945 proporcionaram, em especial na Europa e nos EUA, taxas de crescimento económico relativamente elevadas e níveis aceitáveis de desemprego sem pressões inflacionistas preocupantes. Os resultados destes “trinta anos gloriosos” convenceram alguns de que a ciência económica tinha descoberto a ‘cura’ para os dois ‘vícios’ mais relevantes que Keynes atribuíra ao capitalismo (a possibilidade de desemprego involuntário e as desigualdades muito acentuadas).

Falou-se da “obsolescência dos ciclos económicos” e celebrou-se a mirífica conquista do *capitalismo sem crises*. Esteve também muito em voga a chamada *teoria da convergência dos sistemas*, empenhada em mostrar que deixara de fazer sentido falar do (e lutar pelo) socialismo como alternativa ao capitalismo, porque o sistema económico e social dominante nos ‘países ocidentais’ já não era capitalismo, mas um *sistema misto* (segundo alguns mais próximo do socialismo do que do capitalismo), que integrara já muitos *elementos de socialismo*.

No início da década de 1970, o mito caiu por terra. Em agosto/1971, a Administração Nixon rompeu unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro à paridade de 35 dólares por onça *troy* de ouro, passando-se de seguida, por pressão dos EUA e com o aplauso da “irmandade dos bancos centrais” (F. Modigliani) ao regime de *câmbios flutuantes* (as taxas de câmbio passaram a ser fixados pelos ‘mercados’).

Pouco depois, no meio da primeira crise do petróleo (1973-1975), surgiu a *estagflação*. Contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, este estranho fenómeno (falou-se de “paradoxo”, de “dilema”, de “enigma” da *estagflação*) veio mostrar que as crises cíclicas continuavam a fazer parte da vida do capitalismo e que, no quadro de um *capitalismo altamente monopolizado*, podiam perfeitamente coexistir situações caracterizadas por taxas elevadas e crescentes de inflação e taxas de crescimento do produto próximas de zero ou mesmo negativas (acompanhadas de taxas de desemprego

---

\* O texto que aqui se publica serviu de apoio à conferência proferida pelo autor no dia 21 de março de 2014 na *Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro* (EMERJ).

Com ligeiras alterações, foi utilizado também numa conferência proferida na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda – Angola), em 19.3.2015.

significativas). Fenómeno novo, a *estagflação* deixou perplexos e algo desorientados os defensores das teorias e das políticas keynesianas.

Os neoliberais aproveitaram a ocasião e, numa operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo, colocaram Keynes, o *estado keynesiano* e as políticas keynesianas no banco dos réus, culpando-os de todos os males do mundo, nomeadamente a inflação e o desemprego. Foi o início da *contra-revolução monetarista*, cujo triunfo fulgurante se traduziu na imposição dos dogmas neoliberais como a ideologia do *pensamento único*: foi o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

A análise das crises da primeira metade da década de 1970 veio mostrar que as grandes empresas monopolistas tinham suficiente poder de mercado para impedir a queda dos preços, mantendo a sua espiral ascendente, com a cobertura da subida dos preços do petróleo. Ficou patente que a capacidade de produção instalada no mundo capitalista era excessiva relativamente ao poder de compra agregado da população (a indústria americana utilizava em 1975 apenas 74% da sua capacidade de produção).

Mas a chamada *crise do petróleo* (que foi mais uma *crise do capitalismo*) trouxe também à luz do dia a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*, que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas (baixa de 33% no Japão; 30% nos EUA e 19% na Alemanha). E a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* é, em última instância, a causa primeira das crises do capitalismo, da dita *crise do petróleo* e da crise atual, que rebentou nos EUA em 2007/2008.

2. – A resposta a esta *crise estrutural do capitalismo* traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, inspirada na *ideologia neoliberal*, iniciada com o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e com a *reaganomics* nos EUA (1980), que marcam o início deste novo ciclo, em que a *ideologia neoliberal* se confirmou, também na esfera política, como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o ‘velho’ *consenso keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar aquela perigosa *tendência no sentido da baixa da taxa média de lucro* foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*. ‘Recomendado’ inicialmente pelo grande capital financeiro

internacional e pelas estruturas ao seu serviço (G7, FMI, Banco Mundial, OMC...) aos ‘países em desenvolvimento’ (não para que estes se desenvolvessem, mas para que permanecessem *subdesenvolvidos* e *colonizados*) este ‘consenso’ generalizou-se rapidamente a todo o ‘mundo civilizado’.

A fonte inspiradora é o velho dogma liberal segundo o qual o desenvolvimento dos povos só pode resultar do *livre funcionamento da economia*: o desenvolvimento é um *fenómeno espontâneo*; para se desenvolverem, os povos precisam apenas de um *mercado livre*, o resto vem por si. E os ‘mandamentos’ fundamentais deste plano americano para impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal são, em síntese, os seguintes: a *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); a plena liberdade de comércio (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); a desregulamentação completa de todos os mercados, em especial os mercados financeiros (entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*); a separação absoluta entre estado e economia, com a consequente privatização do setor público empresarial, incluindo as empresas que produzem e fornecem *serviços públicos* (até a água, que é a fonte da vida!) e as *empresas estratégicas* que são o suporte da soberania nacional; a proclamação do ‘dogma’ da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na perda, por parte dos estados, do controlo do sistema financeiro (da emissão de moeda, das taxas de juro e das taxas de câmbio, com a consequente perda do controlo sobre o destino da poupança nacional), e na ‘privatização’ dos próprios estados, que, como qualquer cidadão, dependem dos mercados financeiros para o financiamento das suas políticas; a subordinação do poder político democrático ao poder económico-financeiro; a subordinação dos estados à regra ‘clássica’ do equilíbrio orçamental, que arrasta consigo a redução das despesas públicas, com a inevitável asfixia do *estado social*; o combate prioritário à inflação e a desvalorização das políticas de promoção do emprego (o desemprego é sempre *desemprego voluntário*); a adoção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e aos rendimentos do capital; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; o esvaziamento da contratação coletiva (talvez por se saber, graças à OIT, que ela tem sido, ao longo das últimas décadas, um instrumento mais efetivo de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores do que as próprias *políticas de redistribuição do rendimento* de inspiração keynesiana); a ‘flexibilização’ da legislação laboral (aumento do número de horas de trabalho não pago, precarização do

emprego, facilitação dos despedimentos); a adoção de políticas de *arrocho salarial*, que entregam ao capital os ganhos da produtividade (apesar de esta estar cada vez mais ligada ao homem trabalhador, enquanto produtor, depositário e utilizador do conhecimento), e que promovem a redução dos salários reais, para tentar compensar a subida dos custos financeiros e a *baixa tendencial da taxa média de lucro*.

A concretização da estratégia definida neste *Consenso de Washington* ganhou um papel de relevo no âmbito da *política de globalização neoliberal*, que vem sendo imposta aos povos de todo o mundo nas últimas três ou quatro décadas. Falo de *política de globalização neoliberal* porque entendo que é disso que se trata. A globalização, ao contrário do que a ideologia dominante procura insinuar, não é a consequência mecânica e inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico. Ela é a *política*, prosseguida de forma sistemática, que serve os interesses do grande capital financeiro, política inspirada na *ideologia neoliberal* e no discurso totalitário que ela veicula. A crítica à globalização neoliberal não pode, pois confundir-se com a crítica ao desenvolvimento científico e tecnológico, porque este é o caminho da libertação do homem. O que se critica é neoliberalismo.

A tarefa dos ‘globalizadores’ tem vindo a ser facilitada pela emergência de um verdadeiro *mercado mundial da força de trabalho* – no qual entram em concorrência trabalhadores de diferentes partes do mundo, com diferentes histórias coletivas, com muito diferentes níveis e expectativas de vida e muito diferentes condições para enfrentar a sua situação como classe explorada –, e no qual está à disposição do grande capital um enorme do *exército de reserva de mão-de-obra*.

A necessidade de contornar as dificuldades resultantes da baixa da taxa de lucro nos setores produtivos da economia obrigou as grandes empresas industriais dos países mais desenvolvidos a seguir o caminho da ‘internacionalização’, ou seja, da *deslocalização de empresas*, em busca de mão-de-obra mais barata e sem direitos (na China, Índia, Indonésia, Bangladesh e outros países do chamado Terceiro Mundo), o que se traduziu em acentuada *desindustrialização*, com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países dominantes.

Exemplo paradigmático das consequências das políticas que privilegiam o *capital financeiro* (a especulação, os jogos de casino) e desvalorizam o *capital produtivo* (as atividades criadoras de riqueza e de emprego) é o da cidade de Detroit, que já foi a 4.<sup>a</sup> ou 5.<sup>a</sup> maior cidade dos EUA, a poderosa capital da indústria automóvel, a grande metrópole

industrial dos EUA, a “cidade-motor dos EUA”, e é hoje um cadáver abandonado, degradando-se aos olhos do mundo. Mas este fenómeno vem-se sentindo em outros polos industriais dos EUA e da Europa, onde se perderam, nas últimas duas ou três décadas, muitos milhões de postos de trabalho na indústria.

Estudos vários vêm mostrando que, também por esta razão, as crises cíclicas duram mais tempo e que, mesmo quando o PIB começa a aumentar, a taxa de desemprego diminui muito lentamente (porque se tornou mais difícil criar novos postos de trabalho na indústria), sendo que os novos postos de trabalho criados (em setores marginais dos serviços) oferecem, na sua maioria, salários bastante mais baixos do que os praticados anteriormente na indústria. Alguns autores veem aqui um *fator estrutural* gerador da *baixa dos salários reais* na sociedade americana, com o conseqüente aumento do número dos *pobres que trabalham* (têm emprego e recebem um salário, mas não conseguem ultrapassar o limiar da pobreza), o aumento das desigualdades e também a redução da procura global (o que potencia a ocorrência de crises cíclicas e aumenta a sua duração e a sua profundidade).

A aproximação da ‘Europa’ à ideologia neoliberal iniciou-se com o *thatcherismo*, na viragem da década de 1970 para a década de 1980. Mas a verdade é que, por meados dos anos 1980, a social-democracia europeia deixou-se igualmente seduzir pelos encantos da ideologia neoliberal, que passou a dominar o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo *deus mercado* era uma condição de ‘respeitabilidade’ política. Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível *argumento TINA* thatcheriano de que *não há alternativa* (**there is no alternative**).

Os momentos críticos da acentuação e aceleração da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington* são o *Ato Único Europeu* (1986), que criou o mercado interno único e preparou as condições que haveriam de conduzir ao *Tratado de Maastricht* (1992), que criou a União Europeia, bem como a *União Económica e Monetária* (UEM).<sup>194</sup>

Perante a acentuação das *dificuldades estruturais*, o sistema cerrava fileiras na tentativa de compensar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e de prevenir e combater as crises cada vez mais frequentes.

---

<sup>194</sup> Moeda única (o euro), Banco Central Europeu (BCE) e Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

3. – Hoje é muito claro que o elemento fundamental para a caracterização da *globalização neoliberal* é a *hegemonia do capital financeiro*, justificando perfeitamente o epíteto de *capitalismo de casino*, que Susan Strange inventou para identificar este *capitalismo playboy* das últimas décadas, o “sistema puro e gigantesco de especulação e de jogo” de que falara Marx.

Os EUA deram o exemplo, abolindo em 1974 o controlo sobre os movimentos de capitais. Em 1979, foi a vez do Reino Unido, seguido pelo Japão em 1980. Na Europa, o *Tratado de Maastricht* veio impor aos estados-membros da UE o *princípio da livre circulação de capitais*, não só dentro do espaço comunitário, mas também nas relações com países terceiros.

Em geral, os membros do chamado G7 desempenharam neste processo um papel decisivo, ao imporem a todo o mundo a lógica ‘libertária’ no que toca aos movimentos de capitais. O FMI (controlado, de facto, desde há muito, pelas grandes potências capitalistas, e, em particular, pelos EUA) foi o instrumento escolhido para, em nome da chamada ‘comunidade internacional’, executar esta missão. A partir da década de 1970, sempre que um país recorre aos serviços do FMI, este condiciona o apoio pretendido à aceitação, pelo país em dificuldades, dos princípios da *livre convertibilidade da moeda* e da *livre circulação internacional de capitais*. Ao longo da década de 1990, a aplicação do *Consenso de Washington* permitiu ao grande capital financeiro recuperar a liberdade de movimentos de que gozara nos anos 1920 e que conduziu à *Grande Depressão*.

Segundo os cânones do liberalismo, esta *liberdade de circulação do capital*, este *mercado livre do capital* deveria ter como consequência a melhoria da eficácia do sistema financeiro, que se traduziria na redução dos custos do financiamento e na distribuição mais equilibrada e mais racional (mais eficiente) do capital entre os vários países e os vários setores de atividade, promovendo um crescimento mais igual e mais harmonioso da economia mundial, em benefício dos países menos desenvolvidos, mais carecidos de capital.

Mais uma vez, a realidade não corresponde ao modelo: os grandes beneficiários do investimento direto estrangeiro têm sido os países mais ricos, cabendo aos ‘países em desenvolvimento’ uma pequeníssima parcela (cerca de  $\frac{3}{4}$  dirigida a um reduzido número de países ‘emergentes’, à frente dos quais a China e o Brasil).

O *processo de globalização financeira* assume, indubitavelmente, uma importância fundamental no quadro da *política de globalização neoliberal*, apoiada no

*princípio da liberdade de circulação do capital*, pedra angular do *mercado único de capital* à escala mundial, no seio do qual os especuladores colocam o seu dinheiro e pedem dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo, quase instantaneamente e a qualquer hora do dia e da noite.

Ao contrário do que dizem os *modelos*, a nova ordem neoliberal resultante do *Consenso de Washington* consagrou a *especulação* como a atividade-rainha do grande capital financeiro. À escala global, o resultado é o que seria de esperar: grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio (o que, junto com outros fatores, contribuiu para o agravamento dos custos de funcionamento da economia real); turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios; crises recorrentes nas economias de vários países. Esta a origem e a essência da *economia de casino*, divorciada da economia real e da vida das pessoas comuns: o montante das transações financeiras internacionais é dezenas de vezes superior ao valor do comércio mundial; milhões e milhões de dólares circulam diariamente no *mercado cambial único* em busca de lucro fácil e imediato.

4. – Todo o edifício da globalização neoliberal foi obra construída por *políticas ativas* orientadas para alcançar os resultados que agora estão perante nós.

O *poder político* do capital financeiro desmantelou todas as estruturas e mecanismos de regulação e de controlo da atividade financeira que vinham dos tempos do combate à *Grande Depressão* dos anos 1930 (a primeira grande crise do capitalismo marcada pelo predomínio do capital financeiro e pela especulação financeira), deixando o capital financeiro inteiramente livre para estabelecer o seu império, com a cumplicidade ativa de uma *regulação amiga do mercado*.

As políticas nacionais de regulação das taxas de câmbio foram anuladas, porque as autoridades competentes de muitos países ficaram sem meios para se defender eficazmente da ação sistemática dos especuladores. Basta recordar que o montante das reservas detidas pelos bancos centrais de todo o mundo (principal meio de defesa das moedas nacionais) é sensivelmente igual ao montante das transações diárias no mercado cambial (em grande parte puramente especulativas).

O *processo de inovação financeira* trouxe consigo o *princípio da banca universal* (em ‘negócios’ com dinheiro, os bancos podem fazer praticamente tudo o que lhes aprouver) e a proliferação de *instituições financeiras não bancárias* (muitas delas soldados dos exércitos da banca), criando as condições para reunir em *um só mercado*

*financeiro* os mercados tradicionais (mercado bancário, mercado dos seguros, mercado de câmbios, mercado de valores mobiliários).

Aquele processo acentuou-se e acelerou perigosamente com a liberdade de ‘produção’ de complexos *produtos financeiros derivados*. Chamam-lhe *produtos* para criar a ilusão de que resultam de uma qualquer ‘indústria’ (até se fala da *indústria bancária...*) ou de outra *atividade produtiva*, mas essa é, a todas as luzes, uma designação nada inocente, falsa e enganadora. Criados como instrumentos de gestão dos riscos inerentes à instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estes ‘produtos’ transformaram-se de imediato em instrumentos destinados apenas a alimentar as ‘apostas’ na bolsa (o grande casino do capital financeiro), dada a pequena percentagem do capital investido em relação aos ganhos possíveis, e revelaram-se um novo e poderoso fator de instabilidade dos mercados financeiros.

Trata-se de *produtos virtuais*, mal conhecidos, que não têm qualquer relação com a economia real e com as atividades produtivas (criadoras de riqueza). É *capital puramente fictício*, cujo valor é fixado em função dos ganhos previstos pelos ‘apostadores’, ganhos que lhes permitem apropriar-se de uma parte significativa da riqueza criada pela *economia real*. Estes ‘produtos’, cada vez mais sofisticados, servem apenas para *ganhar dinheiro com a especulação*, atraindo bancos, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de pensões.

O recurso abusivo à sua emissão e comercialização conduziu rapidamente à manipulação e à instabilidade dos mercados financeiros, porque a natureza destes ‘produtos’ e os riscos que eles incorporam nem sempre são facilmente identificáveis, mesmo pelos habituais frequentadores deste ‘casino’ (como os bancos), que compram muitas vezes ‘produtos financeiros’ tão esotéricos que não sabem exatamente o que estão a comprar.

Desde a última década do século 20 até à crise financeira que eclodiu em 2007/2008 o volume das transações sobre os mais perigosos destes ‘produtos’ aumentou aceleradamente, tendo atingido neste último ano um valor igual a 73,5 vezes o PIB nominal mundial.<sup>195</sup>

Os especialistas avisaram que este fenómeno, para além de expor as instituições financeiras aos riscos máximos inerentes à natureza volátil destes ‘produtos’ (verdadeiras “armas de destruição maciça”, como lhes chamou o multimilionário americano Warren

---

<sup>195</sup> Dados do *Relatório Podimata*, aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro/2011.

Buffet) tornava muito mais difícil a auditoria das contas daquelas instituições e o seu controlo pelas autoridades de supervisão, abrindo caminho ao *risco sistémico* e ao *crime sistémico*. Antes de rebentar a chamada *crise do subprime*, o próprio FBI chamara a atenção das autoridades americanas para a complexa rede de crimes organizada à volta destes ‘negócios’. Os donos do mundo, porém, preferiram seguir o ponto de vista de Alan Greenspan, segundo o qual estes novos ‘produtos financeiros’ eram fundamentais para a criação de “condições para o funcionamento muito mais eficiente do sistema de comércio mundial.”

5. – A ‘subversão’ resultante da hegemonia do capital financeiro traduziu-se no enorme desvio de recursos disponíveis das atividades produtivas para atividades especulativas, que são meras operações de criação e destruição contínuas de *capital fictício* nos mercados financeiros.

Pelas razões atrás enunciadas, a desigualdade na distribuição do rendimento aumentou por toda a parte, tanto em termos de *distribuição pessoal* (v.g., percentagem do rendimento que cabe aos 10% mais ricos e aos 10% mais pobres) como em termos de *distribuição funcional* (parte do rendimento do trabalho e do rendimento do capital no rendimento global). E a desigualdade acentuada é um dos fatores que mais favorece a especulação. E também por esta via as desigualdades sociais potenciam a ocorrência de crises.

Com efeito, ao longo da história do capitalismo, a especulação financeira tem sempre gerado crises. A Grande Depressão de 1929-1933 foi precedida de um período caracterizado por intensa atividade especulativa liderada pelo grande capital financeiro e por uma enorme desigualdade. O mesmo se verificou agora. Desde meados dos anos 1980, os ricos foram ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Entre 2000 e 2007, os 1% do topo arrecadaram 75% da riqueza criada nos EUA. Em 2007, a elite dos mais ricos (0,1%) tinha um rendimento 220 superior à média dos 90% da base.

Um primeiro sinal da *crise estrutural* do capitalismo foi a já referida rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (agosto/1971) e a chamada *crise do petróleo* (1973 e 1975), à qual se seguiria uma outra *crise do petróleo* em 1978-1980. Sem qualquer base científica, a subida dos preços do petróleo foi considerada a causa da crise económica, do desemprego e da inflação. E aos países produtores de petróleo foi atribuída a *culpa* dos males do mundo. Este foi, na altura, o discurso ‘legitimador’ da estratégia imperialista de domínio dos circuitos de produção e de

distribuição do petróleo e do gás natural, que tem aqui a sua origem e que veio a desembocar na ocupação do Afeganistão, na destruição do Iraque, da Líbia e da Síria, na ameaça de guerra contra o Irão, no congelamento da solução do problema do Médio Oriente.

Entretanto, tomando como ponto de partida o *crash* da bolsa de Nova York em 1967, as economias capitalistas sofreram, a partir dos anos 1970 (especialmente na sequência da *desregulação* acelerada que se iniciou nos anos 1980), mais de cem crises, um ritmo sem paralelo em qualquer outro período.

Os momentos de crise sucederam-se a partir dos anos 1980: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de ações nos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das caixas económicas (*savings and loans*), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise no Japão, ao longo desta década; a crise do Sistema Monetário Europeu, em 1992/1993; em 1994, nova crise no mercado obrigacionista americano; ainda em 1994/1995, a crise do peso mexicano; a crise das moedas asiáticas em 1997/1998; a crise do rublo em 1998/1999; o chamado *e-crash*, a crise (2000/2002) que afetou a chamada *nova economia* (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações), particularmente nos EUA e na Europa; a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, económica, política e social da Argentina (2001/2002), por muitos considerada o maior desastre das receitas neoliberais impostas pelo FMI enquanto ‘gestor de negócios’ do grande capital financeiro internacional.

A crise que teve o peso mexicano como protagonista foi “a primeira grande crise dos mercados globalizados”, segundo o então Diretor-Geral do FMI, Michel Camdessus, e fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista. No rescaldo da crise, Camdessus escreveu que o mundo é dominado por *um poder político sem controlo*, à mercê de uma “classe composta por agentes globais que manipulam divisas e ações e dirigem um fluxo de capital de investimento livre, fluxo esse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais.” E concluiu: o mundo está nas mãos *destes tipos*.”

E John Major, então Primeiro-Ministro britânico, observava que o jogo dos especuladores assume “dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais.” O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava que “não se pode permitir que os mercados minem a política económica de

todo um país.” Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995): os especuladores são a “a sida [aids] da economia mundial.”

Apesar do alarme, nada se fez para pôr cobro a esta vertigem libertária, nada se fez para salvar a economia mundial desta espécie de *aids* que ameaça seriamente minar as suas resistências. Perante o risco evidente de pandemia, os defensores do mercado livre, da liberalização, da desregulamentação e da desregulação deixaram a *aids* alastrar e continuam a proteger *os mesmos tipos*, defendendo com unhas e dentes os seus santuários (os *paraísos fiscais*, *paraísos bancários*, *paraísos judiciários*).

Mesmo neste nosso tempo em que tanto se fala e se pratica o direito de ingerência em certos países, em nome dos valores que integram o estado de direito, a garantia das liberdades do capital impõe a garantia da ‘soberania’ destes *estados bandidos* ou *estados mafiosos*. E eles vivem dela, utilizando a sua ‘soberania’ como objeto de comércio, permitindo, em nome dela, regras de vida especiais para o grande capital e para o crime organizado, regras que subvertem princípios elementares de qualquer estado de direito e impedem o respeito destes princípios em muitos outros países.

Nenhum argumento sério pode invocar-se para justificar os *paraísos fiscais*, que a generalidade dos especialistas associa à corrupção, à evasão e à fraude fiscais, à lavagem de dinheiro, ao mundo do crime organizado (tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de seres humanos). Este mundo à margem da lei – verdadeira casa-abrigo dos *especuladores*, dos *grandes conglomerados financeiros*, dos grandes ‘padrinhos’ do *crime sistémico* e dos seus *operacionais, na finança e na política* – é o fruto das políticas levadas a cabo pelas grandes potências capitalistas dominantes e só se mantém porque goza da proteção de todos os ‘arsenais’ que integram o aparelho de estado desses países.

6. – Quem não esquece as lições da história antecipava que uma crise grave estava para chegar. Porque a sucessão de crises nas últimas décadas era um claro anúncio da crise atual, que se perfila como uma *crise estrutural do capitalismo*, neste tempo de domínio do capital financeiro. Porque as crises são inerentes ao capitalismo, porque as políticas de *arrocho salarial* e a especulação financeira anunciavam isso mesmo, porque os abalos das várias crises que entretanto ocorreram faziam esperar um ‘terramoto’ de maiores dimensões. Como todos sabemos, o carnaval acaba sempre em quarta-feira de cinzas...

Quando a crise ‘rebentou’ (finais de 2007) foi patente, por parte dos produtores e difusores da ideologia dominante, a preocupação de esconder a sua natureza de *crise*

*estrutural do capitalismo*, tentando deixar a ideia de que o capitalismo não é para aqui chamado: o capitalismo não tem nada que ver com as crises, porque o capitalismo é eterno, é o fim da história e não há alternativa ao capitalismo.

**6.1.** - Insinuaram uns que se tratava de uma simples *crise de costumes*, uma ‘doença benigna’, resultante da falta de ética do capital financeiro, patente na atuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança.

A Chanceler alemã foi ao ponto de afirmar que a crise era o resultado de “excessos do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *infalível*, tão *respeitável*, tão *insubstituível*.

É hoje claríssimo que a “depravação moral” dos banqueiros (J. Stiglitz *dixit*) teve muitas responsabilidades no desencadear da presente crise: “grande parte do comportamento do setor financeiro que eu critico viola qualquer sentido de justiça ou de ética”, escreve Stiglitz. Por mim, direi que esse comportamento “depravado” lhes está na massa do sangue, uma espécie de ADN característico das elites dominantes.

Mas o remédio não reside em transformar o mercado no que a Sr.<sup>a</sup> Merkel chamou de “mercado económico-social” (estranha categoria teórica e triste destino para um mercado que se preze...), em *introduzir a ética no mercado*, em *impor a moral nos negócios*, em *regular o mercado...*, talvez para o obrigar a portar-se bem e a não voltar a cometer “excessos”. Porque a ética e o mercado, a moral e os negócios, o mercado e a regulação são conceitos tão separados uns dos outros como o azeite da água. É que ‘os mercados’ não funcionam (nunca funcionaram) sem o apoio do *estado capitalista*, e este existe para dar cobertura às práticas anti-éticas das classes dominantes, não apenas encobrindo os crimes praticados mas ‘legalizando’ mesmo alguns deles. O próprio Stiglitz dá exemplos vários de medidas legislativas destinadas a permitir práticas imorais e criminosas, nomeadamente as práticas de *rent-seeking*, práticas que desviam recursos públicos para garantir e proteger as *rendas* (rendas ‘feudais’, rendas imorais, rendas ilegítimas) do grande capital. Por isso venho falando de *capitalismo do crime sistémico*.

**6.2.** - A ‘tese’ da *doença benigna* está presente também no pensamento dos que sustentaram que o que falhou foi a regulação e a supervisão (o capitalismo, esse, continua perfeito e eterno, sem alternativa...).

E não há dúvida de que os sinais exteriores da crise puseram em evidência a influência negativa da atuação das autoridades responsáveis pela regulação e pela supervisão do sector financeiro, atuação frouxa, pouco transparente e cúmplice dos interesses do grande capital financeiro, atuação que tornou possível a desregulamentação

do setor financeiro, a absoluta liberdade de circulação do capital, a liberdade de criação de *produtos financeiros derivados*, inventados com todo o carinho dos seus criadores para alimentar as apostas no casino em que transformaram o mundo.

É claro que a ação das agências reguladoras ajudou à crise. Sem surpresa, direi eu. Subtraída à soberania do estado a chamada função reguladora, alguém poderia esperar que ela tivesse êxito, uma vez confiada às *agências reguladoras ditas independentes*? Criadas em pleno ‘reinado’ do neoliberalismo, estas agências e a sua ‘independência’ foram ‘inventadas’ porque todos sabem (a começar pelos seus ‘inventores’) que, libertas do *dever de prestar contas* perante os órgãos do poder político legitimados democraticamente e subtraídas ao escrutínio político do povo soberano, essas agências ficam mais vulneráveis do que o estado à influência dos interesses económicos dominantes. Filhas do neoliberalismo, elas adotaram, naturalmente, os dogmas do seu criador.

A verdade é que foi sob o seu olhar cúmplice que o império do capital financeiro se impôs ao setor produtivo, subordinando a economia real aos especuladores, *a aids da economia mundial*.

A verdade é que foi sob a ‘autoridade’ destas agências reguladoras que os bancos e o sistema financeiro em geral, libertos do controlo do estado, se lançaram no aventureirismo mais irresponsável (para usar linguagem diplomática), comprometendo nos ‘jogos de casino’ não só os interesses dos seus clientes, mas todas as atividades produtivas e criadoras de riqueza.

A verdade também é que toda a gente sabe (menos os que não querem saber) que estas agências só podem estar ao serviço dos setores regulados, porque elas são *capturadas* (é esta designação expressiva que se costuma utilizar) por esses setores. São eles que mandam nas agências reguladoras ditas *independentes*, e não o contrário.

Num livro de 2013, escreve o Prémio Nobel Joseph Stiglitz: os grandes patrões dos sectores regulados “usam a sua influência política de modo a nomear para as agências reguladoras personalidades complacentes com os seus objetivos.” E como sabem muito bem que “a persuasão se torna mais fácil se o alvo dos *seus esforços começar por assumir uma posição complacente*”, contratam exércitos de *lobbistas*, verdadeiros exércitos mercenários cuja missão é “garantir que o Governo nomeie reguladores que já foram ‘capturados’ de uma forma ou de outra.” O antigo Presidente do Conselho de Assessores Económicos do Presidente Clinton sabe do que fala, certamente por experiência própria. E não se esquece de sublinhar: “os que se encontram na comissão reguladora são

provenientes do setor que é suposto regularem e aí regressam mais tarde. Os seus incentivos e os da indústria estão bem alinhados, ainda que estejam desalinhados com o resto da sociedade. Se os da comissão reguladora servem bem o setor, são bem recompensados na sua carreira pós-governamental.” Quem sabe, sabe. E creio que os defensores do estado regulador não têm argumentos para contrariar Stiglitz.

Um exemplo ajuda a compreender que tudo correu como desejado e como previsto. O responsável por aquela que deve ser a agência reguladora mais importante do mundo (o FED, *Sistema de Reserva Federal* norte-americano) foi, desde 1987 até 2006, o Sr. Alan Greenspan. Grande apóstolo da desregulação, sempre fez gala de se apresentar publicamente como defensor das virtudes do mercado livre e das virtudes da *mão invisível* e nunca escondeu a sua rejeição de qualquer tipo de regulação que não seja a *auto-regulação pelo mercado*. Como Presidente do FED, estimulou e o aplaudiu todas as medidas liberalizadoras e desregulamentadoras que abriram as portas do casino aos bancos, e estes, como jogadores compulsivos, ‘queimaram’ no jogo, criminosamente, o dinheiro dos depositantes.

Quem o nomeou para o cargo conhecia-o bem. Por isso o nomeou. É claro que quem entrega à raposa a guarda da capoeira não quer proteger as galinhas da capoeira da gula da raposa; quer, evidentemente, sacrificar as galinhas para alimentar a gula da raposa.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> As suas responsabilidades foram-lhe recordadas numa Comissão do Congresso dos EUA, perante a qual Greenspan prestou declarações. Durante a sessão, o Presidente da Comissão recordou afirmações públicas de Greenspan defendendo as teses mais fundamentalistas do neoliberalismo: “não é necessária qualquer regulação pública”, mesmo quando se trata de “transações de produtos derivados fora de bolsa”, porque “nada na regulação levada a cabo pelo estado a torna superior à regulação do mercado”. “O senhor – comentou o Presidente da Comissão – tinha autoridade para evitar práticas irresponsáveis que conduziram à crise dos empréstimos *subprime*. Foi avisado por muita gente para atuar nesse sentido. Agora a nossa economia como um todo está a pagar o preço”.

Recordando uma outra afirmação de Greenspan (“Eu tenho uma ideologia. O meu juízo é que mercados livres e de concorrência são, de longe, o melhor modo de organizar as economias.”), o Presidente da Comissão perguntou-lhe: “O senhor acha que a sua ideologia o empurrou para tomar decisões que o senhor gostaria de não ter tomado? (...) O senhor enganou-se?” Resposta de Greenspan: “Eu cometi um erro ao presumir que os interesses próprios de organizações, especificamente bancos e outras, eram tais que constituíam o modo mais capaz de proteger os seus próprios acionistas e as suas ações nas empresas. (...) Na realidade, um pilar crítico da concorrência e do mercado livre quebrou. E penso que isso me chocou. Ainda não compreendi inteiramente porque é que isso aconteceu, e, obviamente, na medida em que eu veja claro o que aconteceu e porquê, eu mudarei os meus pontos de vista”. (o texto desta sessão do Congresso dos EUA pode ver-se em <http://www.esquerda.net/content/greenspan-admite-que-errou-ao-confiar-na-autoregula%C3%A7%C3%A3o-dos-mercados>)

Como se diz acima, há anos que os especialistas na matéria chamam a atenção dos responsáveis políticos para o perigo de os novos produtos financeiros, nomeadamente os *produtos derivados*, se transformarem em “armas de destruição maciça”. O ‘desregulador-mor’ não ignorava estes estudos. Mas, como todos os grandes do mundo, há-de ter pensado que, nas guerras, quem costuma morrer é o povo...

6.3. - Defenderam outros que esta é uma *crise do neoliberalismo*, procurando, mais uma vez, passar a ideia de que o capitalismo está de boa saúde e as crises são o resultado de políticas erradas. O que é preciso é abandonar o neoliberalismo. Como quem quer esconjuram os fantasmas, houve quem adiantasse logo a garantia de que *o neoliberalismo morreu* (tal como, diziam, o comunismo morreu há vinte anos...).

Razões não faltam para deitar fora os catecismos neoliberais, porque o monetarismo deixou há muito de ter crédito no plano teórico e porque os resultados das políticas neoliberais têm sido calamitosos. Mas o neoliberalismo não morreu e os interesses que ele serve têm feito tudo para o manter ao serviço.

Porque o neoliberalismo não é um elemento estranho ao capitalismo, não é um fruto espúrio que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar. O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, é a nova máscara do estado capitalista, depois de limpar os cremes das máscaras que usou anteriormente para se disfarçar. O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século 18, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é a *ditadura da burguesia*, sem concessões. Mais especificamente: a *ditadura do grande capital financeiro*.

Alguns esperaram que, perante a crise, os ‘gestores do capitalismo’ iriam ressuscitar o Keynes ‘salvador’, opção que se afigurava razoável, porque o economista inglês nunca foi um revolucionário e nunca se afirmou socialista, assumindo-se como um elemento da *burguesia culta*, empenhado em salvar o capitalismo e não em subvertê-lo. Mas a *ditadura do grande capital financeiro* continua a impor as suas ‘regras’: Keynes deve permanecer morto e bem morto.

A verdade é que ele veio recordar ao mundo o que considerava *os dois vícios fundamentais do capitalismo*:

- 1) a possibilidade de ocorrência de situações de *desemprego involuntário*;
- 2) as *enormes desigualdades* na distribuição do rendimento, que dificultam o desenvolvimento económico e potenciam o desemprego.

E advogou a necessidade de os combater seriamente, porque – a seu ver – estes dois “vícios” punham em causa a *paz social* indispensável ao funcionamento do capitalismo dentro das regras da democracia política.

Ora o que todos os governos vêm fazendo, no cumprimento do *Consenso de Washington*, tanto nos EUA como na UE, é exatamente o contrário: as políticas neoliberais que prosseguem provocam recessão, aumentam o desemprego, reduzem duramente os rendimentos dos mais pobres (incluindo os subsídios de desemprego) e aumentam as já gritantes desigualdades sociais.

Keynes acreditava que a *socialização do investimento* tornaria o capital abundante e baixaria as taxas de juro para valores próximos de zero dentro de um prazo de 25 anos, operando-se assim, gradualmente, sem necessidade de qualquer revolução, o que ele chamou a *eutanásia do rendista e do capitalista sem profissão* («functionless investor»).

Diferentemente, as políticas que vêm sendo levadas a cabo nas últimas décadas por todos os defensores da cultura dominante de matriz neoliberal empenham-se ativamente em criar as condições favoráveis à especulação e em proteger os que vivem das ‘rendas’ da especulação bolsista, das ‘rendas’ da especulação imobiliária e de todas as ‘rendas’ de tipo feudal garantidas pelo *estado capitalista*, agora na veste de *estado garantidor*. Por isso voltaram a enterrar Keynes, sem lhe dar tempo para ressuscitar.

7. – Olhando para a Europa e considerando *pobres* aqueles que auferem rendimento inferior a 60% do salário médio do país onde vivem, o Parlamento Europeu, num Relatório sobre o *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, conclui que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de *pobreza* e de *exclusão social* (incluindo 19 milhões de crianças), que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres e que cerca de 17% dos europeus não têm recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas.

O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais.” Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior.

Em finais de 2007, nem Alan Greenspan foi capaz de ‘ignorar’ que “a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível *excepcionalmente baixo* segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar.” Num estudo de abril /2011, o próprio FMI parecia reconhecer que, “em horizontes mais longos, uma desigualdade reduzida e um

crescimento sustentado podem ser os dois lados da mesma moeda.” E até *The Economist* foi forçado a aceitar que “a desigualdade chegou a um nível que pode ser ineficiente e má para o crescimento.” Também o insuspeito Jacques Attali (artigo publicado no jornal *L’Express*, em finais de 2011) veio reconhecer que “esta crise foi consequência do enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado.”

É claro que a crise atual veio confirmar o que já se sabia: nos períodos em que a desigualdade é maior e crescente, o ritmo do crescimento económico é mais lento e o montante que cabe aos mais pobres diminui. Mas a verdade é que a importância do “enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado” como elemento potenciador de *crises de sobreprodução* (*crises de realização da mais-valia*, como são as crises do capitalismo) é de há muito conhecida. Marx esclareceu esta problemática. E Keynes, à sua maneira, deixou claro que as enormes desigualdades de rendimento não favoreciam o crescimento económico, antes provocariam a *insuficiência da procura efectiva*, que ele considerava a causa das crises cíclicas próprias do capitalismo.

Em dezembro/2011, ao apresentar o Relatório anual da Organização, o Secretário-Geral da OCDE recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países.”

Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, as políticas neoliberais no quadro do *Consenso de Washington* agravaram as contradições do capitalismo, que podem estar a atingir um limite insuportável. A presente crise tem evidenciado, com efeito, as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) de que vive o grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

O *empobrecimento* dos povos não os torna mais competitivos, torna-os mais vulneráveis e menos capazes de se desenvolver. Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e reduzido poder de compra: ela atinge a capacidade das pessoas para defender a sua liberdade e a sua dignidade. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade.” E Paul Krugman

lembra-nos que “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome, [...] incompatível com a democracia real.”

O *empobrecimento* de povos inteiros, o alargamento da mancha de pobreza, o aprofundamento da desigualdade, o aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos) e a chaga da *exclusão social* (a *nadificação do outro*, na expressiva caracterização do cineasta brasileiro Walter Salles) justificam plenamente as nossas preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz na Europa e no mundo.

8. – O já referido *Relatório Podimata* recorda que as instituições financeiras distribuíram, ao longo das últimas décadas, dividendos excessivos e prémios de gestão principescos e sublinha que, para as salvar do ‘buraco’ em que se meteram, se afetaram milhares de milhões de euros, facto que “agravou e acelerou a crise orçamental e da dívida”, implicando “um ónus inesperado dos orçamentos públicos, comprometendo perigosamente a criação de emprego, o financiamento do estado-providência e a concretização dos objetivos climáticos e ambientais.”

O mesmo *Relatório* sublinha ainda que as instituições financeiras não têm dado, até agora, qualquer contributo para pagar a crise, cujos custos têm sido suportados essencialmente pelos contribuintes. E chama a atenção para a injustiça de não se cobrar IVA sobre a maioria das transações de serviços financeiros (embora paguemos IVA quando compramos o pão, a água, os medicamentos...). Sendo a UE o maior mercado financeiro do mundo e representando as atividades do sector financeiro 73,5% do PIB comunitário, temos de concluir que é muito dinheiro que por esta via escapa à tributação, acentuando a regressividade e a injustiça do sistema fiscal e favorecendo a especulação.

Este mesmo *Relatório* refere ainda que a *evasão e a fraude fiscais* representam anualmente, à escala da UE, um montante entre 200 e 250 mil milhões de euros. E dados da Comissão Europeia indicam que a fraude fiscal representa entre 2% e 2,5% do PIB comunitário, ou seja, pelo menos o dobro do orçamento da União. É dinheiro suficiente para reduzir muitos défices públicos e para financiar os serviços de saúde e a escola pública, sem necessidade de aumentar os impostos pagos pelos trabalhadores.

E é claro que não são os trabalhadores por conta de outrem que fogem ao fisco: o imposto sobre o rendimento é logo descontado na folha de pagamento. E também não fogem ao IVA, cobrado pelas empresas vendedoras no momento em que compram os

bens e serviços em que gastam praticamente todo o seu rendimento disponível (e gastam-no no seu país, porque não podem dar-se ao luxo de passar férias no estrangeiro).

Consequentemente, o *Relatório* acentua a necessidade de dar combate à fraude e à evasão fiscais e de “deslocar gradualmente [sic] o peso da carga fiscal do trabalho para o capital.” Este combate deveria ser uma prioridade, porque a fraude é um crime e porque com o dinheiro desviado se poderiam resolver muitos problemas (incluindo o financiamento do estado social). Mas as prioridades são outras, porque a prática da fraude fiscal é um ‘jogo’ reservado aos muito ricos e aos titulares de rendimentos do capital. Têm pregado no deserto os deputados europeus...

Para equilibrar as contas públicas sem condenar os trabalhadores à miséria, bastaria que se acabasse com o escândalo dos *paraísos fiscais*, os localizados em *off-shores* e os instalados em alguns países da União (com a *City* de Londres em primeiro lugar), protegidos por legislação amiga do crime organizado, dos especuladores, dos titulares de grandes fortunas e de altos rendimentos, sobretudo do capital. O simples bom senso parece autorizar a conclusão do Prof. James Galbraith: “restabelecer as finanças públicas exige menos rigor orçamental do que rigor intelectual e moral:”

É notório, porém, que as políticas impostas pela UE e seguidas pelos governantes de serviço mostram que “os custos socializados do falhanço do sistema [financeiro internacional] atingem com maior dureza [...] os países mais fracos do ponto de vista económico” e “os grupos sociais mais vulneráveis”, que pagam a crise “na moeda forte da sua existência quotidiana”, como sublinha Habermas.

9. – No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado, ainda antes da crise, o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco ‘aconselhou’ depois o mesmo Governo sobre os ‘truques’ de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades comunitárias. Por estes sábios conselhos e serviços aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega, que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos.

O capital financeiro e os seus servidores ganharam muito dinheiro com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude, foi depois acusado de ter cometido o ‘pecado’ de viver acima das suas posses e condenado pelos ‘mercados’ e seus contramestres a ‘penitências’ infernais.

Quando estas manobras vieram a público, a Sr.<sup>a</sup> Angela Merkel comentou, com ar ‘angelical’, que seria “vergonhoso” que “os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia:” Pura conversa para europeu ouvir e para alemão votar...

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E tudo isto é *vergonhoso*. Mas nada disto é novo neste *reino do neoliberalismo*, neste *mundo sem vergonha*, neste capitalismo alicerçado no *crime sistémico*.

E o crime compensa. Pelos serviços prestados, o *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. E o senhor Mario Draghi, que era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa (e que, nessa qualidade, foi o responsável direto por aqueles ‘negócios’ com o Governo grego), é hoje o Presidente do Banco Central Europeu, com o indispensável voto favorável da Sr.<sup>a</sup> Merkel, que não fugiu à “vergonha” de votar nele, sabendo muito bem quem ele era (ou talvez porque sabia muito bem quem ele era...).

A presença do grande capital financeiro no ‘governo’ da *Europa do capital* tornou-se indisfarçável após a nomeação de Lucas Papademos como Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, agora em comissão de serviço na vida política.

Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Draghi era seu Director para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a ‘batota’ feita pelo Governo grego. Não deixa de ser simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca-Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Director Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de Director do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademos colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Tal como Mario Monti, pertence à *Comissão Trilateral*.

É inequívoco que os governos chefiados por Papademos e por Monti foram impostos pelos ‘mercados’, com a colaboração das *troikas* e dos *mercozys*. Não sendo *juntas militares*, eles são verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia. Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademos tivessem feito parte ‘técnicos’ pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

Quem manda nesta *Europa do capital* são os donos do *Goldman Sachs*, são os banqueiros e os senhores da *Comissão Trilateral*. Os ‘mercados’ têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos ‘mercados’, alguns dos ‘mercadores’ que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como ‘governantes’, se dedicam às tarefas de impor a *austeridade regeneradora e purificadora*, a pretexto de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias. Nos conselhos de administração do restrito clube de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento e outras instituições financeiras, que controlam metade de todo o capital cotado em bolsa à escala mundial, sentam-se muitos antigos governantes (primeiros ministros, chanceleres, ministros) de vários países europeus, não apenas conservadores, mas também socialistas, sociais-democratas e trabalhistas. Todos trabalham para o grande capital financeiro especulador.

É o reino tentacular dos *conglomerados financeiros*, verdadeiras *holdings* do *crime sistémico* (*jogos de casino*, especulação à margem das leis, evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres, tudo à sombra desses santuários do capitalismo moderno que são os *paraísos fiscais*). Eles são a *sida da economia mundial*. Mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy, em todos os Hollande, e em todos os Obama. São eles os verdadeiros ‘ministros’ da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram.

**10.** – Na reunião de Londres (abril/2009), o G20 considerou “as grandes falhas no setor financeiro” como as “causas fundamentais da crise.”

Em documentos vários, de 2010 e 2011, tanto o Parlamento como a Comissão Europeia reconhecem a responsabilidade dos “comportamentos particularmente arriscados” das instituições financeiras pela ocorrência e pela envergadura da crise. E

sublinham que o sector financeiro está sub-tributado e não tem dado qualquer contributo para pagar a crise, o que obriga “os estados e os cidadãos europeus, na retaguarda, a arcar com os custos:”

Pois bem. No final de 2011, até o todo-poderoso ministro das Finanças alemão reconheceu que “a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais”, têm “responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008:”

Como é óbvio, os dirigentes dos ‘países dominantes’ sabem muito bem onde nasce o rio das nossas desgraças, porque eles estão entre os que alimentam o caudal desse rio de águas turvas. Por isso não se extrai nenhuma consequência daquele diagnóstico, apesar de a honestidade intelectual e política exigir que se fizesse pagar a crise aos que são responsáveis por ela, defendendo os povos europeus da cupidez dos especuladores. Ao invés, inventam-se razões para culpar as vítimas das suas próprias desgraças e castigam-se os ‘povos do sul’ com violentíssimos *programas de austeridade*, ‘penitências’ para expiar ‘pecados’ que não cometeram. Simultaneamente, obrigam-se os *estados endividados* a endividar-se ainda mais, para que o capital financeiro possa receber os seus créditos e possa continuar a especular, para ganhar “lucros cada vez mais elevados”, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e dos povos e da soberania desses estados-membros da UE. É o *crime sistémico*, o crime perfeito e impune, apesar de toda a gente saber quem são os ‘criminosos’ e quem os protege.

O ministro alemão deve saber que a *cupidez* é um ‘pecado’, mas tem sido um dos pregadores mais inflamados na difusão da tese de que a (inventada) crise da *dívida soberana dos povos do sul* é fruto, não do ‘pecado’ da cupidez da banca, mas dos ‘pecados’ dos *povos do sul*, povos preguiçosos que se habituaram a viver acima das suas posses. Por isso o ministro das finanças alemão entende que estes povos têm de ser ‘castigados’ com duras ‘penitências’, para se redimirem dos seus ‘pecados’. A “paixão europeia pela austeridade” (Paul Krugman) tem aqui a sua origem. E também por aqui se explica que, quando se tratou de ‘ajudar’ os *povos do sul* em dificuldade, a Alemanha e a UE, comandada pela Alemanha, lhes tenham emprestado dinheiro a juros agiotas.

Sabemos que o BCE tem ganho milhares de milhões de euros nos negócios com os títulos da dívida pública dos *países do sul*. Em 2012, o BCE aceitou devolver à Grécia mais de três mil milhões de euros que tinha ganho em operações sobre títulos da dívida pública grega. Quanto terá ganho com os títulos da dívida pública portuguesa? E a Alemanha aproveitou igualmente a crise resultante da *cupidez dos bancos* para ganhar

dinheiro à custa dos *povos do sul*. Segundo os jornais, a Alemanha tinha ganho, até então, com os negócios sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros. Compreende-se agora a razão por que foi ‘inventada’ a *crise das dívidas soberanas* e confirma-se que quem está a pagar o preço desta crise não são os contribuintes alemães (que só pagaram para tapar os buracos do seu próprio sistema bancário, o que rondou os 650 mil milhões de euros, segundo dados da Comissão Europeia, só entre 2008 e 2012), mas os ‘colonizados’ *povos do sul*. Malhas que o império tece... O ministro alemão sabe tudo isto (e muito mais) muito melhor do que eu, mas não desiste da sua cruzada contra os *povos do sul*. É um espetáculo pouco dignificante aquele a que vamos assistindo nestes tempos do *capitalismo do crime sistémico organizado*.

**11.** – Nos últimos dias de 2012 os jornais noticiaram episódios vários de práticas de *banksterismo* e deram conta do ‘carinho’ com que o poder político se ocupou deles.

Nos EUA, o banco suíço UBS (Union de Banques Suisses) foi condenado por manipulação das taxas Libor e Euribor em proveito próprio. Mas os ‘patrões’ do capital financeiro engendraram esta solução ‘realista’: o banco suíço pagou umas multas (à volta de 1,5 mil milhões de dólares), e o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não acusar criminalmente nem a UBS nem os seus administradores, invocando o “receio de que tal poderia pôr em perigo a sua estabilidade:”

Também nos EUA, o mais antigo dos bancos suíços (o Wegelin & Co), acusado de ajudar cidadãos americanos a esconder ao fisco mais de 1,2 mil milhões de dólares, celebrou um acordo judicial que prevê a restituição de 20 milhões de dólares ao Tesouro dos EUA e o pagamento de duas multas de 40 milhões de dólares. Privilégios da mais antiga nobreza bancária...

Ainda nos EUA, o HSBC (banco inglês considerado o 3.º maior do mundo) foi acusado da lavagem de milhares de milhões de dólares dos cartéis da droga colombianos e mexicanos e de outras práticas irregulares. Também neste caso as autoridades americanas acordaram com o HSBC o pagamento de uma multa de dois mil milhões de dólares, com o compromisso de não levarem o banco a tribunal. A explicação para não submeter à justiça o banco e os seus administradores é a do costume: “receio de que [tal] pudesse pôr em perigo um dos maiores bancos mundiais e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global.”

Mais recentemente, muito a medo e sem grandes pormenores, os jornais falaram de um outro ‘escândalo’, fruto da *cupidez* do grande capital financeiro. Pelo menos desde

2005, alguns dos maiores bancos mundiais vêm *manipulando*, em proveito próprio, os mercados financeiros, através da falsificação da *Taxa Libor* (LIBOR — *London Interbank Offer Rate*), taxa de referência utilizada, nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros (em especial *produtos financeiros derivados*), que movimentam cerca de 1.200 milhões de milhões de dólares. Esta manipulação (criminosa) dos ‘mercados’ não é obra de nenhuma ovelha ranhosa. Nela estão comprometidos os grandes bancos que mais negociam com a emissão e venda de *produtos financeiros derivados associados a taxas de juro*: o *Barclays*, o *Deutsche Bank*, o *Credit Agricole*, o *Goldman Sachs* e o *J. P. Morgan*. A esta elite (perante a qual o pobre Al Capone não passa de menino do coro...) juntam-se, segundo os jornais, outros membros ilustres do *banksterismo*: os bancos britânicos *Royal Bank of Scotland*, *ICAP*, *HSBC* e *Lloyds Bank*, o banco suíço *UBS*, e os americanos *Citigroup* e *Bank of America*.

Na altura, logo se admitiu que a idêntica manipulação teria sido sujeita a *Euribor* (a taxa correspondente à *Libor* na zona euro). No início de 2013, os jornais confirmaram que quatro instituições financeiras alemãs (entre as quais emerge o *Deutsche Bank*) estão a ser investigadas por se suspeitar estarem envolvidas na prática deste crime.

Já em dezembro/2013, os jornais noticiaram que a Comissão Europeia deliberou aplicar multas a vários grandes bancos culpados de manipular e falsear as taxas de referência LIBOR e EURIBOR. Às instituições que integram o cartel do crime (as instituições que ‘governam’ o mundo) aplica-se uma multa (em conjunto, 1,7 mil milhões de euros, metade a cargo do *Deutsche Bank*), coisa pouca em comparação com o muito mais que ganharam. O Comissário Europeu Joaquín Almunia declarou-se «chocado com o conluio entre bancos que deviam ser concorrentes» e outros dois Comissários Europeus (Michel Barnier e Viviane Reding) falaram de *banksters* a propósito desta elite do “dinheiro organizado”. Os comentadores de serviço logo apareceram a esclarecer que as multas eram moderadas para não criar dificuldades ao sector financeiro e que não seria prudente ir mais além, porque a falência de um banco por não respeitar as regras da concorrência seria muito prejudicial para a economia...

É o despudor total e a confissão de que o capitalismo atual é o *capitalismo do crime sistémico*. O grande capital financeiro assenta o seu funcionamento em práticas criminosas. E, para quem acredita nas virtudes do mercado e da concorrência livre e não falseada, a manipulação dos mercados é um crime grave, um *crime de lesa-mercado*, um *crime de lesa-capitalismo*! Para os fiéis do *deus-mercado*, trata-se, afinal, de *crime contra a própria divindade*... Mas o poder político, em vez de punir os criminosos que praticam

tais crimes, faz acordos com eles e não os leva a tribunal, para não desestabilizar o sistema financeiro global, que vive do *crime sistémico*. E continuará a viver, com o beneplácito do *estado capitalista* (e de todas as instâncias do *poder político* ao serviço do capitalismo) uma vez que as multas pagas são uma pequena parte dos ganhos obtidos das atividades criminosas. Esta é uma situação intolerável, de cumplicidade entre o estado e o crime organizado. O *capitalismo do crime sistémico* é filho da *ditadura do grande capital financeiro*.

Na minha modesta opinião, os bancos que praticassem um tal crime deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer indemnização. E os responsáveis por tais práticas deveriam ser impedidos de voltar a exercer a atividade bancária, levados a tribunal e condenados em pena correspondente à gravidade dos crimes cometidos.

Em 25.7.2012 a Comissão Europeia dignou-se vir a público falar deste assunto. O Comissário responsável pelo Mercado Interno e Serviços informou que as investigações já efetuadas “puseram a nu mais um exemplo de comportamento escandaloso por parte dos bancos:” E uma das Vice-Presidentes da Comissão (responsável pela área da Justiça) fala da “atividades criminosas no setor bancário.”

Segundo estes altos responsáveis, trata-se, portanto, de *mais um exemplo* (entre muitos outros, acrescentaria eu) de *comportamento escandaloso* (melhor: de *atividades criminosas*) por parte dos bancos.

Perante esta evidência, adiantaram que a UE iria adotar legislação que *proíba inequivocamente* este tipo de atuação, passando a considerá-la como *atividade criminosa* passível de *sanções penais*. Não resisto a perguntar: mas então as “atividades criminosas” a que se refere a senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia não são já passíveis de sanções penais? Compreende-se o embaraço da Comissão: quem *abusa do mercado*, quem *manipula o mercado*, quem comete estas *atividades criminosas* é o grande capital financeiro especulador, porque esse é o seu negócio, porque isso está na sua natureza. E não é fácil meter na cadeia o *capital financeiro*... Os seus servidores são perfeitamente fungíveis. Se alguns forem presos (e não consta que tal tenha acontecido...), outros surgirão para ocupar os seus lugares, que são dos mais bem pagos em todo o mundo. O ‘casino’ não fecha: funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A Comissão Europeia sabe perfeitamente que os *programas de austeridade* que vem impondo aos povos da Europa se destinam a arranjar dinheiro (subtraído a quem trabalha) para entregar de mão beijada à mesma banca, que vem dando exemplos atrás de

exemplos de *comportamentos escandalosos* e de *atividades criminosas*. E sabe que esse dinheiro está a ser usado para tapar os ‘buracos’ dos *jogos de casino* e para alimentar a especulação que não cessou (agora contra o euro), não para conceder crédito às atividades produtivas, que criam riqueza e emprego.

Mas sabe também que os responsáveis por estas “atividades criminosas” são os senhores do mundo, e que são eles que financiam (e por isso escolhem) os presidentes dos EUA e outros presidentes e primeiros-ministros por esse mundo fora, e os membros da Comissão Europeia, e os governadores do BCE. Os dirigentes dos ‘países dominantes’ (e os membros da Comissão Europeia, e do BCE, e do FMI...) são amigos deles e convivem com eles nas reuniões sociais e nos encontros de negócios. E com eles decidem (nos G8 e nos G20, e no *Forum Davos* e na *Comissão Trilateral...*) que os valores supremos a preservar são a plena liberdade de circulação de capitais, a liberdade de criação de ‘produtos financeiros’, a independência dos bancos centrais, a intocabilidade dos paraísos fiscais, e outros ‘princípios’ e ‘valores’ que fomentam as ditas “atividades criminosas” e protegem os seus responsáveis (financeiros e políticos). Como pode alguém esperar que se metam na cadeia uns aos outros?

Quem se esquece das ‘juras’ de Sarkozy, proclamando a necessidade de “refundar o capitalismo” e de pôr de pé “uma nova ordem”? Quem não se recorda do “compromisso inquebrantável” do G20 (Londres, abril/2009), perante “as grandes falhas no setor financeiro” (“causas fundamentais da crise”), no sentido de cooperar para “fazer o que for necessário para restabelecer a confiança, o crescimento e o emprego”? O que aconteceu depois disto? Manteve-se e reforçou-se a sacrossanta liberdade de circulação do capital, deram-se milhões de milhões de euros à ‘banca criminosa’, decidiu-se que os bancos não podem falir (sobretudo os que são *too big to fail*), atacam-se os salários e os direitos dos trabalhadores, humilham-se povos inteiros.

Mas nada se fez para fechar de vez o ‘casino’ em que se transformou o capitalismo dos nossos dias. Um casino muito especial, de resto. Nos casinos propriamente ditos, conhecem-se de antemão as regras do jogo e cumprem-se as regras do jogo. Não é assim neste *casino mundial* controlado pelo capital financeiro: os donos do casino viciam as regras do jogo (apesar de, em última instância, elas serem definidas por eles), marcam as cartas, jogam com cartas na manga. Além de especuladores, eles são batoteiros e não hesitam nos meios para alcançar os seus objetivos, incluindo a ‘compra’ das agências de *rating*, para que estas ajudem nas manobras de manipulação dos ‘mercados’.

E é evidente que, no seio do ‘pensamento dominante’, ninguém ousa sequer pensar que a solução tem de passar pela retirada da banca (e do sistema financeiro em geral) da alçada do sector privado, confiando a sua propriedade ao estado e a sua gestão a entidades nomeadas por órgãos do poder político democrático, para retirar ao capital financeiro especulador o controlo da poupança e do investimento de toda a comunidade, por forma a garantir que a poupança das famílias e das empresas possa ser utilizada para o financiamento da inovação, da criação de emprego e de riqueza, ao serviço da melhoria das condições de vida e de trabalho dos povos.

O ‘argumento’ é sempre mesmo: o absurdo e ofensivo *argumento TINA* de que *não há alternativa* ao mercado, ao capitalismo e ao neoliberalismo. Como se os homens dignos desse nome não fossem, justamente, *construtores de alternativas*, porque são seres livres e inteligentes!

**12.** – O que é novo nestas ‘histórias’ – que ilustram práticas criminosas que envolvem o sistema financeiro como um todo, configurando um verdadeiro *crime sistémico* – é o facto de elas terem chegado aos jornais. Porque os governantes, os reguladores e supervisores, tal como as polícias, sabem muito bem o que se passa. Sabem que 80% dos *hedge funds* (que especulam com “produtos financeiros de alto risco”) estão sediados no conforto da *City* de Londres; sabem onde se situam os *paraísos fiscais* (alguns, como a *City* londrina, no coração da *Europa civilizada*); conhecem bem as *armas financeiras de destruição maciça* que eles utilizam nas suas ações de “terrorismo financeiro”, nas suas práticas de verdadeiros “crimes económicos contra a humanidade”;<sup>197</sup> sabem até quando e onde se reúnem os “membros desta elite de Wall Street”, os ‘padrinhos’ das ‘famílias dominantes’ deste *crime organizado*. Basta ler *The New York Times* (11.12.2010): “esta elite de Wall Street reúne-se todas as quartas-feiras de cada mês no Midtown de Manhattan à roda de um objetivo comum: proteger os interesses dos grandes bancos no mercado de derivados, uma das áreas mais lucrativas e mais controvertidas do mundo financeiro, partilhando um segredo comum: os pormenores destes encontros e as suas identidades são estritamente confidenciais.”

Moral da história: o *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais não existem para isso e as cadeias não foram feitas para gente fina. Um comentário de *The Economist* (15.12.2012) esclarece tudo: eles são *too big to jail* (demasiado grandes para

---

<sup>197</sup> A expressão é de Lourdes Benería e Carmen Sarasúa, “Crímenes económicos contra la humanidad”, *El País* (Madrid), 29.1.2011.

irem para a cadeia). É isso: não há, no mundo capitalista, cadeias capazes de receber os agentes do *crime sistémico*. As cadeias são para os miseráveis, para os negros, para os imigrantes, para os inadaptados à ‘civilização ocidental’, não para os senhores do mundo, que dominam o *crime sistémico* e são os ‘donos’ das cadeias.

Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo capital financeiro (o “dinheiro organizado”) é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao “crime organizado”. Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade atual e encontra nela plena confirmação: a coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital* e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* vem cometendo, segundo o Presidente da Comissão Europeia, autênticos *pecados contra a dignidade dos povos*, verdadeiros *crimes contra a humanidade* [digo eu], sabendo que continua a ser-lhe garantida a segurança nos *paraísos fiscais*, os ‘santuários’ protetores de todos os grandes senhores do “crime organizado” (tráfego de drogas, tráfego de armas, tráfego de mulheres, lavagem de dinheiro, fuga ao fisco, gestão danosa de dinheiros públicos, financiamento de atividades ilegais de espionagem e de subversão, corrupção de toda a espécie). O capitalismo do nosso tempo assenta no *crime sistémico* e está ao serviço do *crime sistémico*.

**13.** – A chamada *crise das dívidas soberanas dos países do sul* (apresentada deste modo para esconder a *crise do euro* e a *crise da Europa*) veio pôr a descoberto as debilidades da ‘Europa’ enquanto estrutura política e a vontade da Alemanha de pôr a Europa a *falar alemão*. Com o objetivo de ‘esconder’ as causas e a natureza da crise, optou-se pela ‘solução’ de castigar os ‘povos inferiores’, pôr-lhes a rédea curta, e convencê-los de que a sua ‘cura’ tinha de passar por um calvário de sacrifícios, indispensáveis para que eles aprendam que não podem querer viver acima das suas posses (o sacrifício purifica...). Foi o tempo em que os portugueses (e outros ‘europeus’) se apressaram a dizer que Portugal não era a Grécia, outros a dizer que a Espanha não era Portugal, outros ainda a dizer que a Itália não era a Espanha, e ainda outros a dizer que a França não era a Itália... Foi um espetáculo pouco edificante. Foi a *desunião europeia* no seu melhor!

A meu ver, a ‘leitura’ alemã da crise e as políticas que dela têm resultado podem ter servido os interesses (conjunturais) da Alemanha, mas ameaçam destruir a Europa. Estão a destruir as economias europeias e estão a romper o tecido social dos estados europeus, e podem até destruir a ‘Europa’ que os seus mentores têm vindo a construir à

socapa, que poderá não resistir à *destruição da credibilidade do euro* enquanto moeda que aspirava ao estatuto de *moeda mundial de referência*, projeto em que tanto investiram os seus ‘inventores’.

Tal ‘leitura’ e tais políticas podem muito bem anular os objetivos de paz proclamados na altura da criação da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*, que pressupunham um “projeto europeu” com uma *Alemanha europeia* (uma Alemanha com raízes fundas na ‘Europa’ e respeitadora dos interesses europeus).

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários, Thomas Mann exortava-os a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*, exortação recordada, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha. Hoje, não faltam razões para temer que aquele apelo se tenha esfumado. Um homem tão comedido e tão conhecedor das ‘regras do jogo’ como Jean-Claude Juncker (atual Presidente da Comissão Europeia) não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista (30.7.2012), que “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial.”

Com efeito, a Alemanha, cada vez mais alemã, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros” (citei Habermas). E a ‘Europa’, ‘governada’ por esta Alemanha alemã, que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, tornou-se uma Europa alemã. E “a Europa alemã – quem o diz é o alemão Ulrich Beck – viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.”

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na História, está, com razão, a assustar muita gente. Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o âmbito da reflexão, o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX [...]. Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada [...] trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez:”

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Acredito, porém, que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendo que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias.

A Alemanha não pode esquecer que foi o devedor mais relapso ao longo do século 20, durante o qual cometeu, contra os povos da Europa e de todo o mundo, gravíssimos *crimes contra a humanidade*. Apesar disso, beneficiou do perdão de dívidas, contando-se a Grécia (e também a Espanha e a Irlanda) entre os países que perdoaram dívidas à Alemanha, logo em 1953, oito anos depois do fim da Guerra.

Foi este o resultado do chamado *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953) entre a devedora Alemanha (uma dívida avaliada em 32 biliões de marcos) e 26 países credores. Os EUA propuseram o perdão total da dívida alemã, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos:

- a) perdão de 50% da dívida;
- b) redução considerável da taxa de juro;
- c) reescalonamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920);
- d) o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a recorrer a outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações);
- e) o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 50% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos e sua renegociação em caso de dificuldades económicas;
- f) os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação;
- g) o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

A História ensina que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História. Em vez de impor *políticas de austeridade* que *atentam contra a dignidade dos povos*, a Alemanha (e toda a União Europeia) deveria ser a primeira a ajudar os países devedores da União a crescer, para não caírem em situação generalizada de miséria e para poderem pagar a sua dívida (a dívida que seja exigível).

A Alemanha não pode esquecer, sobretudo, que as tropas nazis assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos, infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais, para além do roubo de obras de arte sem preço. Não é fácil calcular os danos morais (qual a recompensa por uma pessoa assassinada? E por uma pessoa torturada e condenada a morrer à fome em campos de concentração? E qual a recompensa pelo roubo do património artístico e cultural de um povo?). Mas poderão calcular-se os danos materiais.

A Alemanha não pode esquecer que nunca recompensou o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas forças armadas nazis. Por isso mesmo, o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos *povos do sul*, exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios – não pode vir dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro, só comparável à daqueles que querem negar o holocausto. Por isso mesmo, faz muito bem o atual Governo da Grécia, que já anunciou o seu propósito de negociar com a Alemanha o pagamento desses danos, estimados em mais de 160 mil milhões de euros. Chegava para resolver os problemas financeiros da Grécia, que refletem ganhos fartos do capital alemão.

Em novembro/2011, o secretário-geral do partido da Sr.<sup>a</sup> Merkel proclamou, no Congresso do seu partido realizado em Leipzig: “Agora na Europa fala-se alemão:” Muito bem (ou muito mal). A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do “quarto Reich” de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

**14.** – Enquanto ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, o *neoliberalismo*, ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, não é uma ideologia libertária, que dispensa o estado, contentando-se com uma espécie de *estado mínimo*. Nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. E o neoliberalismo e o *projeto político* veiculado pelo neoliberalismo exige, como todos podemos observar nos tempos que correm, um *forte estado de classe*, capaz de prosseguir objetivos ambiciosos.

Foram as instituições do poder político (os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal* (o *capitalismo de casino*, o *capitalismo sem risco e sem falências*, o *capitalismo do crime sistémico*), segundo os cânones do *Consenso de Washington*.

Só um *estado forte* poderia ter criado as condições que permitiram dispensar o *compromisso* dos tempos do estado social keynesiano pela *violência* do *estado neoliberal* (*estado regulador* e *estado garantidor*), que se vem abatendo sobre os trabalhadores, com o objetivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade, violência que visa, em última análise, o desmantelamento do *estado social* e o ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores, que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*.

Em livro recente, Wolfgang Streeck recorda, com inteira razão, que «já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo necessita de um estado forte que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado. [...] O neoliberalismo não é compatível com um estado democrático, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado».<sup>198</sup>

---

<sup>198</sup> Como refiro num outro texto incluído neste livro, a reflexão de Wolfgang Streeck nos ajuda a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de ‘*libertar*’ a *ação política* (nomeadamente da política financeira) *do controlo dos tribunais constitucionais*. E porque ela nos alerta também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro.

Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos ‘reformistas’ do “capitalismo democrático do pós-guerra”), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, ultrapassando as formas atuais de *fascismo amigável* ou *fascismo de mercado* (a que se referiam Beltram Gross e Paul Samuelson já no início dos anos 1980).

15. – No quadro da União Europeia, as ameaças à democracia não cessam de se acentuar. Um passo perigoso neste sentido foi dado com a aprovação, em 2012, do chamado *Tratado Orçamental*, “um modelo político de marca alemã” (como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht), um produto imposto não por uma “Alemanha cooperante”, mas pela Grande Alemanha, ciosa de afirmar – sublinha Habermas – “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães.”

Agravando o adquirido anterior, este *Tratado* visa, fundamentalmente, mais uma vez por portas travessas, consagrar (‘constitucionalizar’) o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade para todo o sempre*, tornando o crescimento impossível para muitos países, condenados a um brutal *retrocesso civilizacional*. Ele perfila-se, por isso mesmo, como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno.

Trata-se de um Tratado através do qual as elites políticas das ‘metrópoles’ e das ‘colónias’, continuando a “enterrar a cabeça na areia” (Habermas), se conluíam para impedir a participação dos cidadãos europeus no governo da ‘cidade’ e nas decisões sobre o seu destino, impondo aos povos dos países mais fracos, sem os consultar, a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*.

Está-se a construir um novo *Leviathan*, argumentando que os homens e os povos (ou alguns *povos do sul*) são incapazes de autogoverno. Daí a necessidade do *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Um *Leviathan* que significa, no fundo, a institucionalização daquilo que está por detrás desta afirmação de Joschka Fisher (ex-dirigente máximo de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, num governo liderado pelo SPD): “Ninguém pode fazer política contra os mercados.” *Mercados über Alles!* Esta é a verdadeira essência do referido *Tratado Orçamental*: uma imposição do capital financeiro e dos estados e outras instâncias do poder político ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

Na situação atual, Habermas salienta que os povos da Europa não têm a “consciência de partilhar um destino europeu comum” e que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro”, não escondendo a sua preocupação quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu.”

Ulrich Beck, por sua vez, sustenta que todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas adotadas para a enfrentar, políticas que transformaram os países devedores na “nova ‘classe baixa’ da EU”, países que “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional.” “O seu destino – conclui o referido autor – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo.” Venha o diabo e escolha, digo eu..., porque, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*. Creio que é esta mesma convicção que justifica a conclusão do autor com quem venho dialogando: “a adesão a esta ideia de mais Europa [i. é, mais federalismo] é cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da EU.”

É hoje muito claro que a atual *crise do capitalismo* se está a traduzir, na Europa, em uma *crise do euro*, uma *crise da Europa*, uma *crise da democracia*. Vários são os autores que convergem nesta análise, com destaque (talvez não seja por acaso) para autores alemães. Ulrich Beck não tem dúvidas: “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal.”

Segundo este destacado sociólogo alemão, os governos impõem *políticas de austeridade* “geradoras de tanta desigualdade e injustiça, que imputam, escandalosamente, aos grupos mais fracos os custos resultantes de um sistema financeiro que ficou descontrolado”; os governos adotam um “socialismo de estado para os ricos e os bancos” e aplicam as receitas do “neoliberalismo para a classe média e os pobres”; os governos adotam “políticas que salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens.”

Por isso é que “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra.” Por isso é que Ulrich Beck tem razão ao concluir que a situação atual na Europa se caracteriza pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.”

É um diagnóstico correto e preocupante: a presente *crise do capitalismo* tem vindo a acentuar e a evidenciar as contradições do ‘mundo velho’ que se julga predestinado para ser *eterno*. Só a luta organizada e consciente dos povos da Europa e do mundo pode evitar que este *poder ilegítimo*, que representa já um *grave retrocesso democrático*, arraste, mais uma vez, a Europa e o mundo para uma nova era de barbárie, e pode permitir que a crise abra o caminho para uma nova ordem europeia e mundial, assente na cooperação e na paz

entre os povos. As condições não parecem particularmente favoráveis, mas não resta outro caminho, se queremos salvar a democracia.

### Referências bibliográficas

- AVELÃS NUNES, António José - *A crise do capitalismo. Capitalismo, neoliberalismo, globalização* (6.<sup>a</sup> edição, revista e ampliada), Lisboa, Página a Página, 2013;  
- *O estado capitalista e as suas máscaras* (3.<sup>a</sup> edição, revista), Lisboa, Edições Avante, 2013;  
- “O euro: das promessas do paraíso às ameaças de austeridade perpétua”, em *Boletim de Ciências Económicas* (Coimbra), Vol. LVI (2013), 3-166.
- BECK, Ulrich - *A Europa Alemã. De Maquiavel a ‘Merkievel’: Estratégias de poder na crise do euro*, Lisboa, Edições 70 2013.
- CASSIDY, John - *How markets fail. The logic of economic calamities*, Londres, Alan Lane, Penguin Books, 2009.
- GALBRAITH, James K. – “Que Europa para controlar os mercados?”, in *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), n.º 44, junho/2010.
- GREENSPAN, Alan - *A era da turbulência. Aventuras em um novo mundo*, São Paulo, Elsevier editora, Campus, 2008.
- HABERMAS, Jürgen - *Um ensaio sobre a constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- KRUGMAN, Paul - *Acabem com esta crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- SEN, Amartya - *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- STIGLITZ, Joseph – “O problema americano do FMI”, in *O Globo* (Rio de Janeiro), 19.5.2006;  
- *O preço da desigualdade*, Lisboa, Bertrand, 2013.
- STREECK, Wolfgang - *Tempo comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*, Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.